

O NOVO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Avance de investigación em curso

GT 27- Sociologia Econômica
Autor: Maicon Costa Borba Macedo

Resumo: Nos últimos anos o Brasil tem mobilizado forças para superar seu antigo paradigma de desenvolvimento – substituição de importações – e ingressar na sociedade informacional, estimulando a criação de conhecimentos, tecnologias, e inovação. Neste aspecto, o setor naval é muito importante ao país, que conta com uma extensa costa marítima, possui demandas volumosas por parte de empresas nacionais (como a Petrobras) e internacionais, e tem forte potencial inovador. Muitas destas demandas do setor naval brasileiro estão relacionadas à produção de petróleo, energia muito rentável. Através dos investimentos no polo naval, é possível fazer uma leitura da dinâmica da nova orientação industrial brasileira.

Palavras chave: inovação; política industrial; desenvolvimento.

O NOVO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Um estudo a partir do polo naval de Rio Grande

O presente texto tem por objetivo discutir a atual política industrial brasileira, sobretudo no que diz respeito à orientação do governo em incentivar a inovação por parte das empresas e, com isso, tornar a indústria brasileira mais competitiva num cenário de globalização da economia.

A partir de 2004 o governo brasileiro tomou uma série de medidas no sentido de alavancar a economia, e com isso a inovação passou a ser reconhecida como essencial ao desenvolvimento do país. Ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o Brasil atinja o patamar das economias mais inovadoras, porém há que se reconhecer que existe uma nova orientação quanto à política industrial e quanto ao papel da inovação neste novo cenário.

A questão a ser respondida no presente momento é qual o alcance destas novas medidas governamentais. Ela estaria fomentando uma mudança na estrutura produtiva brasileira? Ou seja, as empresas brasileiras, historicamente pouco inovadoras, estariam mobilizadas para inovar?

Discutiremos tais questões, tendo em perspectiva a literatura sobre desenvolvimento, destacando alguns aspectos da economia brasileira nos últimos anos. Também situaremos esta discussão em relação às descobertas de petróleo na costa marítima brasileira, que tem, conseqüentemente, alavancado a formação de polos navais no país. Toda a argumentação, por sua vez, está relacionada com a questão da inovação.

Nos últimos anos o Brasil tem mobilizado forças para superar seu antigo paradigma de desenvolvimento – substituição de importações – e ingressar na sociedade informacional, estimulando a criação de conhecimentos, tecnologias, e inovação. Com isso, o país pretende aumentar sua competitividade a nível global e se desenvolver. Para

atingir estes objetivos, o governo brasileiro está implementando uma série de medidas que buscam demarcar uma nova política industrial, que aumente a capacidade de inovação, e melhor aproveite as oportunidades que o país vem conquistando a nível nacional e internacional.

No início de 2004, o governo anunciou a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), após mais de 25 anos sem diretrizes globais nesse terreno. Os fundamentos que nortearam a elaboração desta política foram:

1. As políticas industriais do presente são essencialmente diferentes de experiências passadas, e devem ser orientadas para a inovação.

2. Não resta muito espaço para o protecionismo sistêmico nem para o desenvolvimento em economia fechada. Nesse sentido, a intervenção do Estado no século XXI deve ser distinta das práticas do ciclo desenvolvimentista.

3. A elevação do padrão da economia — principalmente dos processos de geração e absorção tecnológica e de inovação — deve ocupar o centro das preocupações das políticas públicas, em conjunto com o investimento em infraestrutura e no sistema educacional.

4. O velho Estado desenvolvimentista está morto; o que não significa que o Estado esteja em declínio. É certo que perdeu a capacidade de definir isoladamente as políticas industriais necessárias para promover aumento de competitividade, mas não perdeu a capacidade de construir — e repensar — instituições e de promover novas interações entre os setores público e privado.

5. Diferentemente do passado, as mudanças em curso no Brasil estão assentadas numa democracia madura, o que favorece o diálogo entre o Estado e a sociedade, permitindo a mobilização dos agentes econômicos e a transparência indispensável para um amplo debate sobre objetivos, prioridades e duração dos incentivos. (Arbix, 2010)

Sem embargo, a abertura econômica vivenciada nas últimas décadas, que colocou o Brasil num cenário de concorrências globais, impulsiona o país a investir em setores estratégicos, que tenham capacidade de produzir e empregar tecnologias, ou seja, de inovar para aumentar sua competitividade a nível internacional. Neste sentido, o setor naval — que pretendemos investigar, por ser um setor que muito bem representa o atual dinamismo da indústria brasileira — passou a ser estratégico para o país, muito em virtude da descoberta de petróleo na camada geológica chamada de pré-sal.

A descoberta de petróleo no pré-sal apresenta-se como uma janela promissora, que poderá impulsionar o desenvolvimento do setor naval brasileiro, bem como a criação de novas tecnologias. Para explorar o petróleo será necessária a construção de novas plataformas marítimas e embarcações, que exigirão o desenvolvimento de novas tecnologias, e um novo conjunto de grandes e pequenos fornecedores de bens e serviços de alta tecnologia e valor agregado. Como o petróleo do pré-sal encontra-se em águas mais frias e profundas, com solo mais salinizado e distante do continente, deverá requerer tecnologias distintas das já existentes, o que representa possibilidades de inovação (Garcia, 2011).

De qualquer modo, o incentivo do governo e da Petrobras à indústria naval já vem surtindo efeitos econômicos e sociais na região de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, onde se encontra o complexo industrial que pretendemos pesquisar. Dentre os efeitos em curso, destaca-se a demanda por mão de obra qualificada, como soldadores e engenheiros, que devem ter formação específica para atuar no setor. Além disso, necessita-se de pesquisadores aptos ao desenvolvimento de novas tecnologias requeridas na construção de sondas marítimas, e para a exploração e refino do petróleo.

Para tanto, já existem programas envolvendo universidades (FURG, UFPel, UCPel, UFRGS) e empresas, no intuito de desenvolver soluções, tecnologias e inovação

(Garcia, 2011). Mesmo que timidamente, percebe-se que já há uma interação entre governo, empresas e universidades, constituindo-se redes de cooperação, buscando o desenvolvimento econômico através da inovação.

Fica evidente, que há um movimento do governo Brasileiro em integrar o país, de forma mais robusta, aos mercados internacionais, em virtude, sobretudo, da janela de possibilidades propiciada pela globalização. Neste aspecto, o setor naval é muito importante ao país, que conta com uma extensa costa marítima, além de possuir demandas volumosas por parte de empresas nacionais (como a Petrobras) e internacionais. Outro fator importante é que muitas destas demandas do setor naval brasileiro estão relacionadas à produção de petróleo, energia rentável e impulsionadora da economia. As indústrias de petróleo e gás são amplamente integradas ao mercado internacional e, em virtude da escassez, receberão significativos investimentos nos próximos anos. Considerando a produção e o número de empregos, o pólo de Rio Grande encontra-se na terceira posição, num ranking que tem o Rio de Janeiro em primeiro lugar, seguido de Pernambuco (Garcia, 2011; Sant'Anna, 2010).

Frente à fase economicamente promissora que o Brasil vem conhecendo nos últimos anos, sua integração ao mercado mundial, e às expectativas em torno do setor naval, cabem interrogações a respeito da forma que o referido setor está tomando. Ou seja, os investimentos no polo naval de Rio Grande são percebidos como indutor de inovação. Deste modo a curiosidade e interesse, por parte dos pesquisadores, referem-se à compreensão de como vem ocorrendo o processo de inovação (se é que vem ocorrendo), e como estão se construindo as relações entre centros de pesquisa, empresas e governos.

Neste ponto, seria importante destacar o meio inovador e as redes de inovação, tal qual proposto por Maillat (2002). O referido autor destaca cinco aspectos que constituem um “meio” que pode propiciar inovação. Tal meio seria uma forma de organização produtiva territorial “ideal”:

- **um conjunto espacial**, portanto um espaço geográfico, que não tem fronteiras no sentido específico, mas que apresenta uma certa unidade, traduzida por comportamentos identificáveis e específicos;
- **um coletivo de atores** (empresas, instituições de pesquisa e de formação, poderes públicos locais, indivíduos qualificados) que devem gozar de relativa independência de decisão e de autonomia na formulação de suas escolhas estratégicas;
- **elementos materiais específicos** (empresas, infra-estruturas), e também elementos imateriais (competências, regras) e institucionais;
- **uma lógica de organização** (capacidade de cooperar) que visa utilizar da melhor maneira os recursos criados em comum pelos atores abertos para relacionamentos entre si e interdependentes;
- **uma lógica de aprendizagem** (capacidade de mudança) que revela a capacidade dos atores de modificar seu comportamento em função das transformações do meio tecnológico e do mercado.

O *meio inovador* é um conjunto territorial no qual as interações entre os agentes econômicos desenvolvem-se não só pela aprendizagem que fazem das transações multilaterais, as geradoras de externalidades específicas à inovação, como pela convergência das aprendizagens para formas cada vez mais aperfeiçoadas de gestão em comum dos recursos. Já a *rede de inovação* comportaria a ideia de que o processo de inovação é multifuncional, com ação conjugada de vários atores, articulação complexa de competências específicas e de processo de aquisição de conhecimento, ao longo de uma cadeia de produção. Em razão de suas características, a noção de rede de inovação

é inseparável daquela do meio inovador. Ou seja, o meio inovador constitui redes de inovação e, por sua vez, a rede de inovação potencializa o meio inovador.

Neste ponto de nossa reflexão, a sociologia econômica é muito importante. Sua abordagem nos permite entender de forma mais completa a constituição dos meios inovadores e das redes de inovação. É importante ressaltar que o Brasil não possui este ambiente apontado pela literatura (meio inovador) desenvolvido satisfatoriamente, mas sua capacidade inovativa vem se desenvolvendo gradualmente nos últimos anos.

O significado da ação econômica (e também das instituições) não é dado de antemão, mas construído na relação entre os atores, o que envolve questões culturais e interesses dos envolvidos. As instituições são moldadas por interações sociais localizadas e que assumem configurações distintas nos mais diversos contextos. Tal perspectiva pode ser adotada para pensarmos o processo de desenvolvimento dos meios inovadores. Pois a capacidade estratégica dos agentes – governos, empresas, universidades, trabalhadores, bem como o histórico industrial do local – é de extrema relevância, para o desenvolvimento de meios inovadores e redes de inovação.

Neste aspecto, Mark Granovetter (2009) também destaca as relações sociais que subjazem às transações econômicas, apontando para a atuação da confiança e da má-fé nestas interações. Para pensar estas questões, o autor propõe a noção de imersão, que valorizaria as interações sociais que dão suporte à ação econômica. Para o autor, através da noção de imersão é possível pensar a origem da confiança e o desencorajamento da má-fé, uma vez que esta abordagem enfatizaria as “relações pessoais concretas e as estruturas (ou redes) dessas relações” (Granovetter, 2009). De acordo com Granovetter, as ações econômicas estão imersas, ou enraizadas, socialmente.

Na esteira destes argumentos, Steiner (2006) aponta duas contribuições fundamentais da sociologia econômica para pensar os mercados e instituições, que podem auxiliar nossa reflexão. Em primeiro lugar, a sociologia econômica trata de “descrever de maneira empiricamente sólida os dispositivos e os comportamentos sociais que atuam nessas formas de articulação que cercam a transação mercantil” (Steiner, 2006). Em segundo lugar, busca construir proposições teóricas que deem conta das articulações que propiciam as transações no mercado. Ou seja, mais do que uma descrição diferente dos fatos econômicos, trata-se de elaborações teóricas originais, que levam em conta as relações sociais e os dispositivos sociais em que são travadas as relações econômicas. Condições sociais, políticas, históricas, culturais e mesmo as escolhas e decisões dos agentes devem ser levadas em conta quando se analisam a construção de mercados e instituições.

Como bem destaca Philippe Steiner (2006), para a teoria econômica o agente econômico – o *homo oeconomicus* – agiria livremente pelo único desejo do ganho econômico, ou seja, de acordo com a regra de maximizar ganhos e/ou minimizar resultados negativos. Assim, o comportamento é sempre instrumental e a ação dos indivíduos é previsível: maximizar ganhos. Além disso, o mercado seria regularizado unicamente pela lei da oferta e da procura. Nesta perspectiva, os agentes ficam destituídos de sua capacidade de interpretar, de conferir significado com base em suas experiências e os interesses não são levados em conta. Não obstante, a sociologia econômica propõe outra abordagem do mercado e das instituições, problematizando questões deixadas de lado pela teoria econômica. Como salienta Steiner (2006), não se trata de refutar as contribuições da teoria econômica, mas de trazer para as análises outras questões, ou seja, valorizando as relações sociais subjacentes à conformação dos mercados e instituições.

Para a sociologia econômica, a ação econômica só pode ser compreendida através da “interação social concreta, localizada, específica entre os atores”

(Abramovay, 2004). Segundo esta abordagem, os atores procuram obter referências uns aos outros quando vão travar relações econômicas, ou seja, procuram conhecer com quem se negocia. Nesta perspectiva, os mercados não se formam pelo equilíbrio decorrente da oferta e da procura, mas pelas relações sociais entre os produtores.

Com esta abordagem da sociologia econômica, buscamos destacar o caráter ativo e cognitivo dos agentes e sua capacidade para identificar oportunidades favoráveis a inovação e ao desenvolvimento de seus projetos, sejam estas oportunidades oriundas do mercado, sejam oriundas de estímulos governamentais. Neste sentido, outra contribuição da sociologia econômica a presente reflexão refere-se aos estudos sobre o papel dos governos na economia e no desenvolvimento socioeconômico dos países. Neil Fligstein (2003), por exemplo, demonstra como o governo interfere significativamente na economia norte americana, apesar de os Estados Unidos serem vistos como um país em que há pouca intervenção estatal na economia e nos mercados. Fred Block e Peter Evans (2005) também demonstram a atuação do Estado na economia, através de políticas, incentivos e leis, abrindo-se ou fechando-se aos mercados mundiais. Mas e no Brasil, de que forma o Estado interfere na economia? E quais os efeitos desta intervenção?

O caso do polo naval de Rio Grande, como referido anteriormente, é ilustrativo destas questões, tornando-se um *locus* privilegiado à análise. O setor naval é dinâmico, com exigências tecnológicas distintas, que vem recebendo incentivos governamentais e de mercado, e é visto como um indutor do desenvolvimento. Ou seja, o fomento na indústria naval, que reflete o esforço do Brasil em superar antigos limites e ingressar na sociedade informacional, desperta o interesse de como os agentes envolvidos na construção do polo reagirão aos estímulos governamentais. O governo ajuda a estimular a inovação nas empresas, concedendo incentivos financeiros ou, pelo contrário, estes incentivos deixam as empresas acomodadas, sem interesse em inovar?

Não temos, ainda, respostas claras a todas as questões levantadas anteriormente. Mas, acreditamos que os agentes econômicos, ao receberem incentivos governamentais e estímulos de mercado, criam situações favoráveis, tecendo redes que propiciam a inovação. Esta hipótese já foi verificada, em grande medida, no setor automobilístico brasileiro (Ramalho, 2005; Garcia, 2009). Acreditamos, contudo, que ela pode se aplicar também ao setor naval, que, em que pese suas particularidades, vive momento semelhante ao da indústria automotiva em anos anteriores. Porém, a capacidade inovativa das empresas não são homogêneas, dependendo dos recursos econômicos, sociais e culturais de cada agente envolvido. Sendo assim, cada empresa responderia diferentemente aos estímulos governamentais e de mercado, na constituição de redes de cooperação e produção.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. (2004). Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2.
- ARBIX, Glauco. (2010). Caminhos cruzados: rumo a uma estratégia de desenvolvimento baseada na inovação. *Novos Estudos*, n.87, p.13-33.
- CASTELLS, Manuel. (1999). *A sociedade em Rede*. 6º Ed. São Paulo: Paz e Terra.
- GARCIA, Sandro Rudit. (2011). *Conhecimento, inovação e desenvolvimento no setor naval no Rio Grande do Sul*. IN: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, UFPR, Curitiba.

- GARCIA, Sandro Ruduit. (2009). Agentes Globais em Contextos locais. *In: GUIMARÃES, Sonia M.K (org.). Trabalho, emprego e relações laborais em setores intensivos em conhecimento: Brasil, Mexico e Canadá.* Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- GARCIA, Sandro e GUIMARÃES, Sônia M. K. (2006). Trabalho em cenário de globalização: o pólo automobilístico de Gravataí e implicações sociais em empresas locais. *Cadernos CRH*, Salvador, v.19, n.46, p.19-33.
- GRANOVETTER, Mark. (2009). Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *IN: MARTES, A. C. B. Redes e sociologia econômica.* São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. (2009). A Sociologia dos Mercados de trabalho, Ontem e Hoje. *Novos Estudos*, nº 85.
- GUIMARÃES, Sônia M. K. (2011). Produção do conhecimento científico e inovação: desafios do novo padrão de desenvolvimento. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 24, p. 461-465.
- GUIMARÃES, Sônia M. K. (2012). International Entrepreneurship in an emergent economy. *In: Thierry Burger-Helmchen (Org.). Entrepreneurship: Gender, Geographies and social context.* Rijeka: Intech Open Access Publisher, p. 235-248.
- MAILLAT, Denis. (2002). Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v.3, n.4, p.9-16.
- MARTELETO, Regina Maria. (2001). Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ci. Inf.* Brasília, v. 30, n.1, p. 71-81.
- MIZRUCHI, Mark S. (2009). Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. *IN: MARTES, A. C. B. Redes e sociologia econômica.* São Carlos: EdUFSCar.
- QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila. (2008). Metodologia de análise de redes sociais. *In: DUARTE, F., QUANDT, C. e SOUZA, Q. O tempo das redes.* São Paulo: Perspectiva.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais.* 2a ed. Lisboa: Gradiva.
- RAMALHO, José Ricardo. (2005). Novas Conjunturas Industriais e Participação Local em Estratégias de Desenvolvimento. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, n. 3, p. 491-524.
- SANT'ANNA, André Albuquerque. (2010). Brasil é a principal fronteira de expansão do petróleo no mundo. *Visão do Desenvolvimento*, BNDES, n.87.
- STEINER, Philippe. (2006). *A Sociologia Econômica.* São Paulo: Atlas.